

mente substituído por um novo direito de propriedade. Na prática ele continuava funcionando, embora o governo não fizesse novas concessões sesmarias. Se o regime de sesmarias fosse plenamente restabelecido e continuasse em vigor após o fim da escravidão, que obviamente estava próximo com a diminuição do número de escravos, os trabalhadores pobres e livres e os libertos ocupariam livremente as terras disponíveis e não iriam trabalhar para os fazendeiros. Era necessário, portanto, criar um direito de propriedade que fosse, ao mesmo tempo, um obstáculo ao livre acesso à terra por parte da massa da população pobre, inclusive por parte dos ex-escravos, daqueles que viessem a ser libertados da escravidão.

A fórmula encontrada foi a de aprovar uma nova lei de terras. Essa lei (Lei Nº 601, de 1850) tornou-se o oposto da Lei de Colonização, aprovada nos Estados Unidos mais ou menos na mesma época. Lá as terras da fronteira, as terras do Oeste, foram abertas à livre ocupação dos colonos, mediante supervisão e controle do governo. Essa foi a reforma agrária americana, que assegurou a transformação do Oeste num dos grandes celeiros mundiais de alimentos, inicialmente com a agricultura familiar.

No Brasil fez-se o contrário. Tratou-se de aprovar um regime de propriedade que impedisse o acesso à propriedade da terra a quem não tivesse dinheiro para comprá-la, mesmo que fosse terra pública ou terra devoluta. Para obter a legitimação do direito à terra havida era necessário

brancos, puros de sangue e católicos. O acesso às terras estava interdito aos hereges e aos gentios, aos negros, aos mouros, aos judeus. Os escravos não podiam se tornar sesmeiros, como de resto não podiam ser proprietários de coisa alguma. Tudo que viesse a lhes pertencer, pertencia de direito a seus senhores. Essa regra suscitou muitas discussões jurídicas, que revelam as muitas contradições da escravidão. Pela Lei de Terras, de 1850, a posse e o domínio se fundiram num direito só. Com isso, o Estado brasileiro, senhor de domínio de todas as terras, abriu mão desse direito e literalmente fez dele doação aos proprietários particulares. Manteve o domínio apenas em alguns casos: em relação ao subsolo, às terras de marinha e às terras do atual Distrito Federal.

que a pessoa pagasse por ela. Os efeitos sociais da lei aparecem claramente na fala de um grande fazendeiro de café, que foi uma grande figura de nossa história no fim do Império e no começo da República: Antonio da Silva Prado, de São Paulo. Ele era de uma família muito rica e culta, inclusive. Eles foram industriais, grandes acionistas e diretores de ferrovia, banqueiros. Prado dizia que o acesso à terra, por parte dos pobres, dos trabalhadores, se faria mediante a poupança, a vida sóbria, aquela coisa de não gastar, de economizar e guardar. No fundo, a lei pressupunha uma espécie de ética protestante dos trabalhadores rurais, que assim poderiam economizar, desenvolver uma disciplina interior baseada na poupança e comprar terras que os grandes fazendeiros tivessem em disponibilidade.

Essa é a fórmula que a Lei de Terras consagra. Em 1854, foi feito o primeiro cadastramento de terras decorrente dessa Lei, pois era preciso que os possuidores de terras havidas por qualquer título legitimassem os direitos territoriais obtidos durante todo o período colonial ou então verificar quais terras eram de fato devolutas e podiam ser redistribuídas pelo governo.

Na verdade, o chamado Registro Paroquial de Terras é até hoje a base de referência da cadeia dominial no Brasil. Qualquer título de propriedade territorial cuja cadeia dominial chegue até o Registro Paroquial é um título perfeito, é um título que não está sujeito a discussão. Todos os títulos, cuja cadeia dominial não chegue a um ato original legal de transferência de terras do domínio público para o domínio privado, são títulos discutíveis. Há no país, certamente, um grande número de títulos nessa condição, inclusive em áreas urbanas, causa aliás não só de numerosos litígios judiciais como também de sérios conflitos fundiários.

A mesma legislação que criou a mencionada dificuldade de acesso à propriedade da terra já previa a imigração